

Incomunicação Os desafios das convivências, das indiferenças e das escutas

TIAGO BARCELOS PEREIRA SALGADO

*Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa
Brasília, Distrito Federal, Brasil*

ID 3113

Recebido em
05.08.2024

Aceito em
09.12.2024

/resumo



O artigo trata dos desafios das convivências, das indiferenças e das escutas com os quais a comunicação lida quando se atenta para uma de suas facetas, a incomunicação. Essa parte intrínseca aos processos comunicacionais enfatiza o caráter informacional em detrimento das relações em função do aprimoramento dos meios informacionais. Isso contribuiu para que, muitas vezes, o informar fosse tomado como comunicar. Ao ampliar o entendimento da noção de comunicação com base nos três desafios investigados, a comunicação é tratada como uma relação híbrida, quando alteridades significativas se encontram em contato e contágio mútuo, abrindo-se a outras diferenças em corresponsabilidade mútua.

Palavras-chave: Alteridade significativa. Convivência. Diferença. Escuta. Incomunicação.

Incommunication: the Challenges of Living Together, Indifference and Listening

The work deals with the challenges of living together, indifference and listening imposed on communication when we look at one of its facets, incommunication. This intrinsic part of communication processes emphasizes the informational character to the detriment of relationships due to the improvement of information technologies. This has meant that informing has often been taken to mean communicating. By broadening the understanding of the notion of communication based on the three challenges investigated, communication is treated as a hybrid relation, when significant othernesses find themselves in contact and mutual contagion, opening up to other differences, in mutual co-responsibility.

Keywords: Significant otherness. Living together. Difference. Listening. Incommunication.

Incomunicación: los desafíos de la convivencia, la indiferencia y la escucha

El artículo aborda los desafíos de la convivencia, la indiferencia y la escucha con los que la comunicación lida cuando se presta atención a una de sus facetas, la incomunicación. Esta parte intrínseca a los procesos comunicacionales enfatiza el carácter informativo en detrimento de las relaciones en función de la mejora de los medios. Esto contribuyó a que, muchas veces, informar se considerara como comunicar. Al ampliar la comprensión de la noción de comunicación con base en los tres desafíos investigados, la comunicación se trata como una relación híbrida, cuando alteridades significativas entran en contacto y contagio mutuo, abriéndose a otras diferencias en corresponsabilidad mutua.

Palabras clave: Alteridad significativa. Convivencia. Diferencia. Escucha. Incomunicación.

Tiago Barcelos **PEREIRA SALGADO**

Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFGM). Professor do Mestrado em Comunicação Digital no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, Distrito Federal, Brasil

E-mail: tigubarcelos@gmail.com

ORCID



Introdução

O advento e o aprimoramento dos meios tecnológicos – tais como telefonia, rádio, televisão, informática e redes – durante o século XX, ao possibilitarem e viabilizarem a propagação e o compartilhamento de mensagens, culminaram na era da incomunicação. Para Dominique Wolton (2010), isso se deve ao fato de a faceta informacional da comunicação ter sido exacerbada em detrimento das relações, das partilhas e dos diálogos. Nesse sentido, há trocas interacionais, mas elas incorrem, em sua maioria, em mal-entendidos, desentendimentos e conflitos, como as guerras. Assim, o autor francês assume, por um viés humanista e racionalista, que “informar não é comunicar” – máxima que intitula a sua obra à qual recorremos para problematizar a noção de incomunicação, que se refere à mera troca de mensagens entre pessoas humanas. A noção de comunicação, por sua vez, diz respeito às relações, às partilhas e aos diálogos também entre pessoas humanas.

É pertinente demarcar que, apesar de a faceta da incomunicação soar negativa, posto que privilegia o informar, não se trata de considerar, neste trabalho, que a comunicação seja positiva, e a incomunicação, negativa. Tendo isso em vista, este artigo comprehende que a técnica e os objetos técnicos, como as mídias, não são neutros. Certamente, as apropriações e os usos feitos das tecnologias da informação e comunicação (TICs) variam entre os atores, as situações, os contextos históricos, as finalidades e as competências. Os meios medeiam relações, produzindo-as, ajustando-as e rearranjando-as, e vice-versa. Assim, não assumimos a priori uma dimensão culposa ou danosa das tecnologias, mas uma distribuição das responsabilidades e das agências, das quais humanos e não humanos coparticipam (Latour, 1994b; 2012a, 2012b).

Dito isso, é válido mencionar que outras perspectivas também reconhecem que comunicar é algo além do informar, como aquelas apresentadas:

- a) pela Filosofia (G. W. F. Hegel, K. Jaspers, M. Heidegger, G. Bataille, J. Derrida, J. L. Nancy, R. Esposito) – cf. Liesen (2019) e Yamamoto (2020) –, antes mesmo da formulação de “teorias da comunicação”;
- b) pela Psicologia Social, na vertente do Interacionismo Simbólico e pela Escola de Chicago (G. H. Mead e C. Cooley) – cf. França e Simões (2016) e Martino (2014; 2020);
- c) pelo Pragmatismo estadunidense (C. S. Peirce, W. James e J. Dewey);
- d) pela Fenomenologia Social (A. Schütz) – cf. García (2010);
- e) pelos Estudos Culturais (Stuart Hall) e pelas Teorias dos Meios e Mediações (Jesús Martín-Barbero) – cf. Hohlfeldt, Martino e França (2001) e França e Simões (2016).

Proposições brasileiras avocam essa ideia, como aquelas elaborados por:

- a) Marcondes Filho (2010) – cf. Salgado e Mattos (2022) sobre o conceito de comunicação para esse autor;
- b) Sodré (2014);
- c) Braga (2010a; 2010b; 2012) – cf. Yamamoto (2013) sobre o conceito de comunicação para esse autor;
- d) Baitello Júnior (2017) com base em Harry Pross e outros.

O espaço deste texto sem dúvida limita o repertório de trabalhos que já trataram da noção de comunicação e de sua relação com o termo *informação*. Por isso, mencionamos algumas que nos são mais próximas e com as quais já trabalhamos. Malgrado essa variedade de abordagens, a questão da incomunicação é muito pouco tratada por essas outras propostas ou sequer mencionada ou nomeada como tal. Ademais, um tratamento que considere outros atores e outras agências que não apenas humanos/as é minimamente considerado.

Em vista disso, tomando como ponto de partida a proposição de Wolton (2010) de que a incomunicação é intrínseca à comunicação e a reduz à informação, mas sem limitar-se a essa abordagem, este trabalho visa aprofundar três desafios com os quais a comunicação lida: o das convivências, o das indiferenças e o das escutas, que não foram abordados por Wolton com profundidade, ainda que possam se manifestar timidamente em sua obra. Por isso, demandam aprofundamento neste texto.

Um dos sentidos possíveis do termo *comunicação* é o de informação, acepção esta atribuída e perpetuada a partir de meados do século XX principalmente pela Teoria Matemática e pela Pesquisa Administrativa estadunidenses, com o advento dos meios de informação e de comunicação. Como apresentado nos principais livros brasileiros de Teorias da Comunicação (Salgado; Oliveira, 2022), isso demarca a *hybris* do ponto zero dos estudos comunicacionais. Entretanto, o mesmo vocábulo apresenta outra significação: o de relação e/ou interação. Wolton (2010) frisa este último sentido, a nosso ver mais coerente com a etimologia da palavra *comunicação*, que foi empregada inicialmente em contexto medieval e religioso (séculos XIV e XV) para designar a ação de romper com o isolamento e ir ao encontro de outros, como faziam os monges cenobitas ao saírem de seus aposentos e se dirigirem à mesa para partilhar uma refeição coletiva. Posteriormente, o termo foi tratado como “interação simbólica” na Modernidade pelo Interacionismo Simbólico (início do século XX) e outras vertentes (Salgado; Mattos, 2020). Por isso, o autor francês é categórico ao afirmar que “informar não é comunicar”.

Acerca dessa alegação, é válido retomar a posição de Ciro Marcondes Filho (2012, p. 42) em um artigo sobre a incomunicação no qual afirma que, para ele, a comunicação não é “transmissão, transferência, deslocamento de nada. Essas definições carregam em si a ideia equivocada de que há um objeto, uma coisa, algo que é movido de um ao outro”. Com base em Niklas Luhman, o autor brasileiro comprehende que mensagens não portam nada, de modo que sinais não carregam qualquer conteúdo (Marcondes Filho, 2019). Desse modo, este argumento de Marcondes Filho (2012) se aproxima daquele de Wolton (2010). Isso nos leva a considerar, tendo em vista a revisão de literatura efetuada, que comunicar é mais do que informar.

Para o teórico brasileiro, haveria um equívoco na proposição de que algo poderia ser partilhado e/ ou tornado comum pela/em comunicação. Isso porque sensações, emoções, sentimentos e experiências são ocorrências únicas e singulares, restritas a cada sujeito. A comunicação, por esse viés, seria um acontecimento raro. O acontecimento comunicacional, por essa via, se realiza quando a exposição ao/à outro/a, à alteridade radical por ele/a portada, é capaz de propiciar desconfortos, rearranjos, deslocamentos, transformações e perturbações. Esse tipo de acontecimento não é apenas positivo, o que igualmente não implica ele ser negativo, mas sim tensionador. Concordamos em partes com esse argumento, pois, na nossa perspectiva, não se trata exatamente de raridade, mas de tentativas nas quais pode haver diferentes graus ou níveis de comunicação – algo próximo aos sentidos que o termo comunicação adquiriu no decorrer dos séculos, como algo comunitário, espiritualista, retórico, transmissivo, informacional, técnico e terapêutico (Peters, 1999; 2008; Salgado; Mattos, 2020).

José Luiz Braga (2010a) criticou o argumento de raridade proposto por Marcondes Filho ao propor que comunicação é tentativa. Concordamos com o primeiro no sentido de ela ser uma tentativa de estabelecimento de vinculações; por outro lado, incluímos nessa processualidade as categorias de contato e contágio, que se estendem também para outras alteridades que não apenas humanas. Acrescentamos, ainda, que o argumento de Marcondes Filho (2012) é frágil porque o informacional é uma das facetas ou um dos sentidos da comunicação, assumindo, diferentemente de Braga (2010a) e Wolton (2010), que comunicar é também informar, mas não só isso. Ademais, a etimologia da palavra comunicação, em seu uso comum e cotidiano, conforme sua concepção, já implicava a ideia de tornar comum ou compartilhar (Winkin, 1999; Martino, 2001), de modo que negligenciar o comum ou mesmo suprimi-lo como categoria que auxilia na definição de comunicação incorreria em desconsiderar a historicidade desta noção. Adicionalmente, junto com Muniz Sodré (2014), entendemos que a Comunicação é a ciência do comum, mas incluímos a ressalva de que esse comum é produzido com outras alteridades, não exclusivamente humanas.

Este trabalho considera, então, que a comunicação opera em relações híbridas plurais¹, não sendo tão somente humana, ainda que sua etimologia frisasse, a princípio, apenas as interações entre seres humanos. Isso quer dizer que os processos comunicacionais também se realizam em relações interespécies – flora com flora, fauna com fauna, flora com fauna, humanos com animais, humanos e plantas, e vice-versa –, sendo as relações humanas necessariamente mediadas por não humanos, como objetos técnicos e mídias, ainda que não exclusivamente por eles (Salgado, 2022). A comunicação também se expressa em relações interobjetais (objetos com objetos), como máquinas, internet das coisas, protocolos digitais, sistemas de geolocalização, *bluetooth*, realidade virtual e aumentada, meios de informação e de comunicação, inteligência artificial etc. (Lemos, 2013). Nesses tipos de relações híbridas, certamente pode haver uma troca informacional, mas isso não caracteriza o processo comunicacional como um todo e não o qualifica como tal, pois ele também implica contato e contágio, como explicitaremos adiante. O informacional é, assim, uma das facetas da comunicação, um de seus sentidos possíveis que pode ser mais ou menos aparente conforme cada relação estabelecida, os agentes e os meios implicados.

As dinâmicas comunicacionais podem se configurar distintamente conforme os tipos de associação e os entes em relação, pois cada arranjo agencia entidades outras que agem conjuntamente de maneiras que vão se diferenciando. Como no jogo de barbante cama-de-gato, convocado por Donna Haraway (2023) para pensar diferentes tessituras entre simbiontes (organismos intrinsecamente relacionados), cada relação abre um possível de figuras e formas comunicacionais em virtude dos atores postos em relação, dos modos como agem, de outros atores mediados (levados a agir) e das condições de agenciamento ofertadas pelos ambientes – as *affordances* (Gibson, 1982; 2015; Latour, 2012a, 2012b; Salgado, 2023). Conforme essa abordagem, a comunicação é concebida em biossociabilidade, pois atualiza a potência de contato e contágio (comunicabilidade) entre entidades (Salgado; Oliveira, 2023). Logo, a comunicação é associal – enreda atores não apenas humanos em associações híbridas – e não meramente social – exclusivamente humana (Lemos, 2020; 2023; Salgado, 2022).

As associações demarcam posições, posto que relacionais. Temos, então, uns/umas em relação a outros/as, postos/as em relações majoritariamente assimétricas que incidem sobre quem diz o quê e quem pode de fato dizer. Isso nos direciona para a questão da escuta, a ser aprofundada. Essas assimetrias se devem à própria condição ontológica dos *entres* – termo utilizado em lugar de *seres*, demarcando a unicidade, a imutabilidade e a estabilidade do ente (Marras, 2018) –, que são dessemelhantes ainda que possam ser categorizados e pertencer a um mesmo grupo (como seres humanos, não humanos ou objetos), às mesmas espécies, aos mesmos reinos (mineral, vegetal ou animal), filos, às mesmas classes ou ordens. Aqui é válido lembrar que esse tipo de classificação remonta às categorias aristotélicas e à árvore de Profírio, um discípulo de Aristóteles, com impactos posteriores nas propostas darwinianas (de evolução e diferenças entre espécies), cartesianas e kantianas (do sujeito conhecedor e coisa/objeto a ser conhecida/o).

Malgrado uma tentativa de buscar aproximações e agrupamentos, as classificações incorrem em exclusões. A condição excludente das categorizações, sobretudo aquelas forjadas na Modernidade colonialista (Quijano, 1992), impulsiona o especismo (que atribui habilidades de racionalidade, intencionalidade, abstração e simbolização aos humanos em detrimento de outros animais), o racismo (que considera pessoas brancas como superiores a não brancas), o etarismo (discriminação por causa de idade), o sexismo (assimetrias entre os性os e gêneros), o capacitismo (discriminação contra pessoas com deficiência), o

01 A noção de “híbrido” adotada em nossa abordagem recorre às formulações críticas de Bruno Latour acerca da Modernidade. O autor considera que os seres humanos jamais foram modernos porque jamais foram capazes de efetivamente separar o que é próprio da natureza daquilo que é específico da cultura. Latour (1994a) nomeia como “purificação” essa prática que cinde dois polos, tendo sido esse o esforço do que ele também nomeia “Constituição Moderna”. Em contraste com essa prática de bifurcação, ele propõe a “mediação”, que possibilita situar os humanos como seres de natureza-cultura, isto é, como híbridos.

classismo (valorização de determinadas classes sociais sobre outras), entre outras exclusões como aquelas pautadas em escolaridade, religião, nacionalidade etc. Com efeito, os/as outros/as excluídos/as, ou as alteridades excluídas (mulheres, pessoas não brancas, afrodescendentes, com questões de saúde mental, de ascendências orientais, indígenas, não cristãs etc.), como destacam Lucia Santaella e Winfried Nöth (2009) ao revisarem a noção de *alteridade*, decorrem do próprio eurocentrismo. Esta perspectiva acentuou as *outridades* (termo sinônimo de *alteridades*, conforme os autores mencionados) como exóticas, isto é, como externas a uma elite privilegiada que poderia conhecer outras culturas que não a sua própria com a justificativa de serem demasiadamente diferentes, bárbaras, primitivas.

As assimetrias são inerentes aos processos comunicacionais, mas trazem o imperativo ético das convivências e de lidar com as diferenças, ou seja, com as *alteridades significativas* (Haraway, 2023). A significância das alteridades, sejam elas humanas ou não, refere-se ao interesse mútuo, no sentido de que os/as outro/as também vão nos tornando quem somos, pois, à medida que nos abrimos às outridades, também participamos do mundo e nos defrontamos com os desafios daqueles/as que não somos nós mesmos/as (Marcondes Filho, 2010; 2012). Assim, ainda que as assimetrias ontológicas de diversas ordens – tais como composição físico-química e biológica – levem a exclusões e a discriminações múltiplas, conduzindo, muitas vezes, à incomunicação, à falta de diálogo e, portanto, à falta de vinculação, este trabalho busca evidenciar os outros desafios impostos pela incomunicação: as convivências, as indiferenças e as escutas.

Incomunicação

Em função da difusão e do aprimoramento dos meios tecnológicos, Wolton (2010, p. 11) parte da relação entre informação e comunicação para tratar da incomunicação, categoricamente afirmando que, “se não existe comunicação sem informação, a comunicação é sempre mais difícil, pois impõe a questão da relação, ou seja, a questão do outro”. Para o autor, a incomunicação opera justamente nessa relação entre alteridades, tendo em vista que os agentes em comunicação nunca se encontram em pé de igualdade de compreensão, ainda que visem à negociação e a um acordo comum: o consenso². Esse “não chegar à total compreensão”, a nosso ver, aproxima-se da improbabilidade da comunicação tanto para Niklas Luhmann quanto para Marcondes Filho (Signates, 2024).

Nesse sentido, a comunicação implica, para Wolton, uma dinâmica democrática e política como negociação. Todavia, não implica sempre concordância: dissensos, controvérsias, desacordos, conflitos, desentendimentos e mal-entendidos integram os processos comunicacionais (Salgado; Oliveira, 2023). A comunicação como processualidade é, então, tensiva de comunicabilidades – com mais probabilidade à comunicação, diversidade de potencialidades – e incomunicabilidades – com menos probabilidade, redução das potencialidades.

Essa ideia de que o desentendimento é mais provável que o entendimento já estava presente em Luhmann ao referir-se ao aceitar ou não o que se diz – a informação (Signates, 2024). De fato, a questão do outro é o que demarca a discussão sobre alteridade na Semiótica, na Filosofia e nas Sociologias Culturais, bem como na Antropologia e na Comunicação (Santaella; Nöth, 2009), e igualmente situa a problemática da comunicabilidade e da incomunicabilidade. Nesse sentido, a alteridade é fundamental e constitutiva do eu (*self*) e de sua significação, como já defendiam Peirce, Augusto Ponzio, Bakhtin, Norbert Elias, Lévinas, Greimas, Bauman e Derrida (Santaella; Nöth, 2009).

02 Acerca dessa tentativa de acordo em situações de comunicação, Wolton (2010) recorre à proposta de Jürgen Habermas de uma teoria da ação comunicativa. Conforme essa abordagem, a humanidade se organiza socialmente por meio da linguagem em busca do consenso de forma livre de qualquer coação externa e interna.

O psiquiatra espanhol Carlos Castilla del Pino, citado por Marcondes Filho (2012, p. 43), por sua vez, defende que a incomunicação se manifesta porque “nossas falas e sinais perdem-se no trivial e no frívolo”. Para ele, haveria, ainda, um outro “setor” nos seres humanos destinado àquilo que não se fala ou que não se sabe dizer. O calar-se, entretanto, para Marcondes Filho (2012), não se reduziria à incomunicabilidade, pois o não comunicar estaria ligado a uma decisão pessoal ou mesmo ao psiquismo do próprio sujeito. Para ele, no mesmo sujeito residiria a vontade e o desejo de comunicar ou não. Ademais, parece-nos que para Marcondes Filho (2010) seria possível comunicar sem haver necessariamente uma troca informacional – e neste ponto ele se distancia, em partes, de Niklas Luhmann, que limitaria a comunicação ao entendimento, assumindo uma função meramente confirmativa que concretizaria a diferença entre sinalizar e informar, distinção bastante discutida pelo autor brasileiro³.

A incomunicação, portanto, é o horizonte da comunicação, não como sua impossibilidade, mas como dinâmica intrínseca aos processos comunicacionais e probabilidade latente deles. Theodor Adorno, expoente da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, já alertava para as incompreensões, afirmando que os “mal-entendidos são meios pelos quais o incomunicável é comunicado”⁴ (Adorno, 1973, p. 232, tradução nossa). Com efeito, uma comunicação sem ambiguidades é bastante rara, como argumenta o filósofo Thierry Paquot (2019) ao se voltar para a incomunicação. Os sentidos e propósitos podem ser equivocados, mal-interpretados; uma coisa pode ser tomada por outra, um quiproquô. Para este trabalho, eles são, ainda assim, comunicáveis ou possuem graduações de comunicação.

De modo semelhante a Wolton (2010), Paquot (2019) destaca que o desenvolvimento tecnológico traz à tona a incomunicação. Com isso, o sentido da palavra comunicação passa a se atrelar às vias de comunicação, como as malhas férreas. Na virada do século XIX para o XX, Paquot (2019) pontua que o advento das tecnologias da informação e comunicação (TICs) passa a sugerir a ideia de que a comunicação tenha sido criada por elas, ou seja, de que há comunicação porque há informação. Assim, a comunicação poderia ser, tal como as máquinas, aperfeiçoada e corrigida; contudo, isso é redutor e incorre na intensificação da incomunicação.

Como ambos tanto Wolton quanto Paquot defendem, a incomunicação deixa um lugar para a comunicação. Nesse sentido, mais do que a ideia de compartilhamento de mensagens (informação), Wolton (2010) alerta sobre uma necessidade de passagem às ideias de negociação e de coabitação. Trata-se, assim, de um desafio de convivências: “O desafio é menos de compartilhar o que temos em comum do que aprender a administrar as diferenças que nos separam, tanto no plano individual quanto coletivo” (Wolton, 2010, p. 12). E acrescenta: “A comunicação é um problema de convivência e de laço social, característica de uma sociedade de movimento, de interatividade, de velocidade, de liberdade e de igualdade” (Wolton, 2010, p. 25).

Logo, o problema do laço social diz respeito à fragilidade desses vínculos frente à redução da comunicação à expressão e à interatividade, remetendo, para o intelectual francês, ao individualismo. Por outro lado, o comunitarismo, a outra ideologia que ameaça a comunicação junto ao individualismo, refere-se à “marginalização da questão da alteridade e à possibilidade do encerramento em espaços virtuais” (Wolton, 2010, p. 24). Wolton não aprofunda a noção de convivência, mas, pelo fato de mencionar os ambientes on-line, vale um comentário acerca das relações nesses espaços. A nosso ver, nas plataformas on-line há muitas pessoas falando e poucas escutando, permanecendo aprisionadas em bolhas, uma vez que a escuta,

03 Conforme assinala Luiz Signates (2024), a comunicação em Luhmann não equivale à interação social e nem à relação intersubjetiva, mas é uma dinâmica própria do sistema social. Em vista disso, é o modo de reprodução da sociedade manifesto nas atividades de a) informação – seleção do que se diz; b) participação – seleção do modo como se diz; e c) compreensão – o que ocorre àquele a quem se diz, se aceitará ou não. Para o autor, com quem partilhamos dessa abordagem, a comunicação opera no tensionamento entre comunicabilidades e incomunicabilidades.

04 No original: “[...] misunderstandings are means through which the incomunicable is communicated”.

diferentemente do ouvir, implica na abertura para o outro⁵. O aprofundamento das relações é pontual, pois a superfície das textualidades, das imagens e dos sons é rápida e insistente esváida pelo deslizar nas telas. São raros os momentos de aprofundamento. A não criação de vínculos se manifesta, por exemplo, no ato de deixar de seguir alguém. Isso explicita, assim, a questão da não socialização, uma vez que alguém que não se associa a outro não se vincula a ele. O silêncio e a não resposta também comunicam, pois dizem de uma escolha. Desse modo, não curtir, não comentar, não compartilhar etc. são ações que dizem pelo não dizer, que produzem sentido pela ausência. Por outro lado, essas ações podem não criar vínculos, ou mesmo criá-los frágil e temporariamente em função da indiferença, da não correspondência.

Em ambientes on-line, a incomunicação pode imperar pelo fato de alguns usuários não se atentarem para outros. Ademais, nesses mesmos ambientes, a incomunicação também se manifesta quando alguns usuários tentam silenciar outros ou mesmo sobrepor suas opiniões próprias aos pontos de vista dessas alteridades. Essas ações podem incorrer em sentimento de ódio, em impossibilidade de diálogo – os cancelamentos – e em beirar uma mera troca textual ou de mensagens que recai em uma troca argumentativa desrespeitosa. O mesmo sentimento pode até estabelecer vínculos temporários e frágeis, constituídos no calor do instante devido a opiniões adversas. Assim, haveria comunicação não exatamente pelo comum ou pela tentativa de se estabelecer um comum, mas justamente pela possibilidade de embate entre posições políticas, religiosas etc. – ou seja, pelo contato entre diferenças que visam demarcar e reafirmar que são diferentes. O questionamento a ser feito é: em que medida esse contato levaria a um contágio mútuo e em que consistiria de fato esse contágio? A hipótese é de que o contágio seja provisório e movido pelas emoções (as menos altruístas) e pelos sentimentos (os menos recíprocos), podendo se aproximar da incomunicação quando recai em mera troca informacional, em mero ouvir e não na escuta interessada, que se volta para o outro mais numa posição de acolhimento – não necessariamente de concordância, mas de respeito – que de ataque.

Apesar de a produção comunicacional poder ocorrer não apenas com um propósito comum como finalidade ou horizonte, o respeito mútuo às diferenças – aquilo que Haraway (2023) nomeia cuidado ou responsabilidade – é necessário para que ao menos haja convivência. Assim, as alteridades podem ser tomadas como significativas, como hábeis e capazes de moldar um *si mesmo*, não simplesmente no sentido de equilíbrio, homeostase ou consenso, mas como deslocamento. Segundo a abordagem de Marcondes Filho (2012), podem ainda ser tomadas como provocação, sendo capazes de deslocar os comunicantes, tornando-os outros – não apenas pelo reconhecimento de um *eu* e de um *não-eu*, mas também como diferentes do que eram. Em vista disso, opiniões discordantes integram o jogo comunicacional. A questão é que a dessemelhança não deve apagar a diferença, ou seja, a possibilidade de ser *si mesmo* sendo outro, como alteridade significativa, como “diferenciante” – temos preferido usar este termo para expressar a constante mutabilidade do “ser” e a processualidade da comunicação, que não se restringe ao mero ato ou gesto comunicacional. De fato, o que é observável são os diferentes atos comunicacionais que compõem a processualidade. O processo de comunicação não se reduz aos atos, pois é mais do que eles; mas os atos produzem a dinâmica e possibilitam a ela se desdobrar em novos e possíveis atos inventivos.

O esforço comunicacional em acolher a diferença tem por objetivo “evitar qualquer tentativa de reduzir o outro ao ‘eu’, de fundir-se a ele” (Martino; Marques, 2023, p. 29). Sem convivência e, portanto, sem acolhimento, o que resta é a indiferença, que é o contrário da comunicação (Salgado, 2023). É nesse ponto, então, que os desafios das convivências, das indiferenças e das escutas se entrelaçam. Para Wolton (2010, p. 26), comunicar é conviver: “A convivência é o símbolo de uma perspectiva normativa voltada para manter associados valores e dimensões contraditórias”. O “viver com” expressa a ideia da comunhão, do estar

05 Acerca dessa diferenciação entre ouvir e escutar é válido conferir a entrevista de Christian Dunker disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RNJej5AR-mc>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

junto, do unir e do reunir, do romper com o isolamento presente na noção de comunicação (Salgado, 2022; 2023). Apesar de a noção de convivência comumente beirar a harmonia, a concordância, o total equilíbrio, esse estado de homeostase é provisório e passível de perturbações. A convivência, desse modo – como será aprofundado no próximo tópico –, refere-se ao coexistir com as diferenças, a uma continuidade do viver em comum com respeito ao dessemelhante, com implicações éticas de cuidado, de responsabilidade de corresponder e de se atentar para as diferenças e considerá-las ao agir – posto que são elas que propiciam os encontros, nos quais pode haver contatos e contágios e, então, comunicação.

O desafio das convivências

A variedade de entidades expressa que viver é coexistir e se conectar, isto é, conviver. Considerada em biossociabilidade, a comunicação implica o enredamento contínuo e processual de viventes em tramas que integram conjuntos de associações que, por sua vez, são atravessadas por diversos fios que se esbarram e se conectam nos diferentes encontros possíveis. Esses fios tensionam o comum juntos, como no jogo cama-de-gato já mencionado aqui. O comum pode ser compreendido, nessa ótica, como a tensão entre esses fios, e não simplesmente como um resultado ou consequência do arranjo efetuado, pois vai se reconfigurando a cada novo arranjo suscitado pelos diferenciantes em jogo. Esse ecossistema comunicacional considera de modo simbótico as possibilidades de encontros e convivências entre as diversas entidades – humanas ou não, divinas ou não – que compõem mundos de modos interdependentes e irredutíveis (Salgado; Oliveira, 2023). A comunicação refere-se à coabitAÇÃO espaço-temporal entre diferenciantes e à reciprocidade entre eles, que rompem o isolamento e vão ao encontro mútuo, convivendo – e fazendo-se, compondo-se em devir-com e tornando-se com/em dever com, conforme a proposição de Haraway (2023) (Salgado, 2023).⁶

Nos múltiplos encontros possíveis, o que se tem são alteridades significativas (Haraway, 2023) em contato e em contágio umas com as outras, essa afetação recíproca moldando diferentes arranjos, figuras e formas de sociabilidade, ou melhor, de comunicabilidade concebida em biossociabilidade. As convivências entre diferenciantes evidenciam o entrar em contato mútuo, ou seja, o momento quando os “entres” se encontram – Haraway (2023) emprega a ideia de “quando as espécies se encontram”. O contato, então, “diz respeito a um devir-com jogado em zonas de contato, ou seja, em localidades nas quais as espécies se encontram, não antecedendo-as, mas sendo feitas com elas, nas situações de encontro” (Salgado; Oliveira, 2023, p. 9). Essas zonas de contato, como sublinhado, também são zonas de atritos, de fissuras, de rupturas e de inventividades.

O contágio, por sua vez, se dá quando há mediação, transformação e alteração, quer dizer, quando há afetação mútua entre os/as diferenciantes associados/as, que agem uns/umas sobre os/as outros/as. Com base no sociólogo e jurista francês Gabriel Tarde, “essas relações infinitesimais se desenvolvem em um plano que não diferencia o social e o individual” (*apud* Salgado; Oliveira, 2023, p. 74). O que há é a formação de uma coletividade, de uma composição irredutível às suas partes, de um conjunto de vinculações indiferenciáveis. O jogo comunicacional, assim, desarma expectativas ao se abrir para múltiplos arranjos possíveis entre diferenciantes inesperados que podem se pôr em relação. Como abertura, a comunicabilidade incorpora imprevisibilidades e cria coletivamente outros possíveis em dinâmicas de trocas recíprocas e tessituras conjuntas de experiências e vivências que variam a cada encontro. Assim, a comunicação coloca em relação entidades que convivem em interdependência e criam inventivamente mundos comuns habitáveis

06 Marcondes Filho (2012), Liesen (2019) e Yamamoto (2020), com base na Filosofia, destacam na Comunicação que o ser se “faz com” outras alteridades. A preferência por Haraway se deve por sua ampliação do “com” para outras entidades que não apenas humanas, bem como por sua abordagem multiespécie e simbótica.

em meio a suas diferenças (Salgado, 2023). Em outras palavras, a comunicação produz outras comunicações, não se limitando espaço-temporalemente aos atos comunicacionais, pois é processual, dinâmica, inventiva e gerativa.

A comunicação, por essa via, abrange também a comunicação intermundos. Não se trata, contudo, de querer falar pelo outro – outros povos, outros gêneros, outras classes, outros corpos, outras espécies, outras materialidades, outras entidades e divindades – ou assumir o ponto de vista dele, apagando as alteridades e dando voz a hegemonias coloniais modernas. Trata-se de uma outra cosmopráxis e de outra sociocosmologia que consideram as possibilidades de ação e agenciamento de outras entidades que não apenas humanas, mas com as quais partilhamos da condição de humanidade (Oliveira; Salgado, 2023). Essa comunicação intermundos é, então, ecológica, pois diz respeito a uma disposição relacional entre diferenciantes múltiplos (humanos ou não, bióticos ou abióticos), isto é, que partilham a construção coletiva, associativa e híbrida de mundos em um plano comum de ação, ainda que ao agir, conservem suas especificidades.

Em vista disso, há implicações éticas nas relações comunicacionais porque “habitar com as diferenças é comunicação, e a pesquisa em comunicação é um trabalho com as diferenças” (Oliveira; Figueroa; Altivo, 2021, p. 13). A propósito, a garantia de convívio entre diferenciantes (convívio híbrido) reside na possibilidade de não extermínio de outras formas de ser, pensar, agir e conhecer, isto é, do não apagamento das diferenças, sejam elas quais forem. A tensão do comum em meio às diferenças é um gesto tentativo e inventivo na busca de cocriações de experiências não hierárquicas, visando ao estabelecimento de pontes e zonas para encontros nos quais pode haver contato e contágio mútuos.

Com base nessa ideia de habitar a diferença, tal como proposta por Luciana Oliveira, Júlio Figueroa e Bárbara Altivo (2021), Lucrécia Ferrara (2021) sublinha que a diferença é condição para a comunicação. Em publicação anterior, Ferrara (2016, p. 15) destaca que uma epistemologia da comunicação se relaciona com “aprender a aprender e construir a diferença que consolida o comunicar à medida que supera a homogeneidade transmissiva”. Em certa medida, essa visão se aproxima daquela de Wolton (2010) acerca do desafio de superação da incomunicação pela relação, pela convivência – e, para Ferrara (2021), pelo habitar com e na diferença. Para este trabalho, pelo conviver, pelo escutar e pela ruptura com a indiferença.

Fundamentados em Ferrara (2021), Luís Martino e Ângela Marques (2023) depreendem que o comunicar – como verbo, ação, abertura processual – apresenta a propriedade de simultaneamente habitar na diferença e como diferença. Na processualidade comunicacional, portanto, está implicada a diferença, que é constitutiva da ação comunicacional e está entrelaçada à comunicação, mas não se confunde com ela. Em síntese, “a comunicação só existe na diferença” (Ferrara, 2016), é sua condição (Martino; Marques, 2023). Para estes dois últimos autores, “não há comunicação no idêntico na medida em que não só não há o que comunicar, mas também não há diferença específica capaz de produzir o fenômeno comunicacional” (Martino; Marques, 2023, p. 24). Em outros termos, as entidades se associam pois são distintas: em uma mesma espécie há diferenças entre os seres que ultrapassam também características biológicas, pois requerem condições ambientais e relacionais, bem como condições e modos de ação.

Como ética da alteridade significativa (Salgado, 2023), a comunicação é esse esforço contínuo e recíproco de criação de “conexões afetivas” (Haraway, 2009), de construção de respeito para além da mera coexistência. Isso concerne a situar-se com as entidades que nos rodeiam e com as quais tecemos e compartilhamos mundos, não no sentido de tomada ou conquista de suas posições, mas da capacidade de corresponder – isto é, de responder ao convite do encontro, ou melhor, de ir ao encontro, rompendo o isolamento e a indiferença, não de modo mimético ou simétrico, mas empático. Não se trata, de todo, da antecipação das condutas, pensamentos e respostas dos/as outros/as, porque isso acarreta uma quebra de expectativa ao se comunicar, tendo em vista que não há correspondência imediata e completa dessa expec-

tativa entre os diferenciantes em comunicação⁷. Isso porque tais entidades são diferentes seja em espécie, materialidade, idade, gênero vivências, credos, raça, escolaridade, condição biológica etc. Trata-se, pois, de romper com a indiferença promovendo a empatia, ponto ao qual este texto passa a se dedicar.

O desafio das indiferenças e das escutas

Ao considerar a indiferença como o contrário da comunicação, consideramos que ela se manifesta quando a vinculação, o contato e contágio estão ausentes ou se apresentam de maneira frágil, temporária e provisória. Nesse sentido, a indiferença beira o isolamento e se dá quando não há empatia entre as alteridades significativas, uma vez que a comunicação implica o encontro entre diferenciantes que mutuamente se contagiam, certamente em gradações variadas e variantes. Por isso, concordamos com Wolton (2010) e Marcondes Filho (2010) quando alegam que apenas informar não é comunicar. Trata-se também, como visto, de um conviver, conforme Haraway (2023) e Ferrara (2021).

Um alargamento da noção de comunicação como disposição à sociabilidade é oferecido por Sodré (2023) quando ele retoma a ideia de “viver juntos” e a noção de vizinhança – presente no termo grego *philia* – para enfatizar a formação das cidades gregas, indicando tanto a partilha de um mesmo espaço quanto aqueles que viviam próximos: os vizinhos. Nas palavras do autor, trata-se da “intenção de tornar comuns as diferenças ou fazer a união dos opostos que, no entanto, em sua dinâmica, fazem circular a *philia*” (Sodré, 2023, p. 22). Nos encontros entre diferenças, o comum – seja ele o lugar, o local ou a comunidade – opera como vinculação constitutiva. Em outros termos, passa-se a ser porque se está sendo em relação às outras alteridades que estão próximas. Essa dinâmica entre alteridades tensiona o comum. Nessa comunidade há, como ressalta o autor, troca de valores e partilha de crenças.

A propósito, cabe acrescentar a perspectiva de Martino e Marques (2023, p. 39), para os quais “a comunicação se dá na comunidade e expressa um incontido desejo de estar com o outro, de aceitar o desafio que o outro nos lança por meio de sua singularidade, de sua diferença”. Esse desejo é o que este trabalho trata como empatia. Em complementação, é válida a proposição dos autores de que a diferença não deve se tornar desigualdade, o que aponta para a dimensão política e democráticaposta em jogo quanto a uma ética que busca semelhanças mesmo em meio às individualidades, garantindo o respeito e a própria possibilidade de instauração da comunicação por meio da construção tensiva de um comum buscado mesmo em meio às diferenças.

Por essa via, a indiferença é a exclusão das diferenças e de suas mediações, é a supressão das diversidades e de suas crenças e a insistência na categorização hegemônica, hierárquica, racista e colonial das multiplicidades. Ser indiferente é não se interessar pelos/as outros/as, sendo apático/a às convocações feitas pelas alteridades; é sequer se dispor a abrir-se para outros mundos e arranjos interacionais – o que poderia conduzir à “acomunicação” ou não comunicação. A indiferença é a total apatia, o não sentir o/a outro/a, evitar ser sentido e produzir sentido por/com os/as outros/as. Isso diz respeito a uma completa insensibilidade pelos/as próximos/as e a uma rígida incapacidade ou um rígido desinteresse em conectar-se. Trata-se de um total desrespeito e descuido com as alteridades, uma repleta falta de envolvimento com os/as outros/as e apego ao isolamento. A indiferença e a apatia evitam as tensões, por meio das quais o comum e a comunicação podem ser instaurados. Não haveria, portanto, tensionamento entre comunicabilidades e incomunicabilidades.

07 Este trabalho reconhece a contribuição da noção de “outro generalizado” proposta por G. H. Mead (1934), que traça a conversação entre *eu* e *mim* na produção do self como instância psicossocial que internaliza normas, valores e expectativas culturais compartilhadas pela sociedade como um todo por meio da autoconsciência, da intencionalidade e da reflexividade dos sujeitos. Por outro lado, este texto acrescenta a improbabilidade de completude de se colocar efetivamente no lugar de outro/a em função da não correspondência imediata entre expectativas. Se houver tal possibilidade, ela é incompleta e se trata de uma tentativa aproximada e, portanto, não exata. Marcondes Filho (2012) tratou dessa questão pela via da incomunicação, sem citar Mead.

Como total descompromisso, a indiferença é um desafio, quer seja pela associação, quer seja pela comunicação. A incomunicação pode esbarrar na indiferença e pode chegar à acomunicação ao suprimir as relações e reduzi-las às trocas informacionais mecânicas nas quais o simples contato impermeabiliza o contágio, uma vez que há apenas o toque e o atrito sem a atadura, sem a mútua correspondência afetiva, sem a abertura à coprodução recíproca. A incomunicação torna-se “acomunicação” quando deixa de produzir tensões, quando os diferenciantes optam por não comunicar – haveria nessa dinâmica um paradoxo, posto que não comunicar é ao mesmo tempo comunicar, pois implica em contatos e contágios que não se realizam, ou seja, um comunicável pela ausência. Sem dúvidas esse paradoxo poderá ser explorado mais a fundo em trabalhos futuros.

Sendo a comunicação uma relação biossocial intermundos, isto é, uma comunicação ecológica, ela é uma prática e um processo que demanda escutas (Salgado; Oliveira, 2023). A indiferença abafa as escutas – o interesse, a empatia – e centra-se apenas no ouvir – recepção sonora –, permanecendo um clamor dos corpos e das existências por serem considerados/as nos encontros no que tange às suas materialidades, afetações e pragmáticas. Na dimensão intermundos, a acomunicação poderia se manifestar quando outras entidades e divindades não se manifestam ou se fazem ausentes das convocações performadas coletivamente, ou mesmo quando os ritos e rituais são interrompidos por quaisquer circunstâncias, o que impediria a conexão com outras entidades.

Como relação, então, mais do que um dizer – como no modelo proposto por Harold Lasswell, que assume um dos polos do sentido comunicacional – a comunicação implica escutar, atentar, mirar o/a próximo/a e tentar estabelecer vinculações com suas alteridades. Assim, é mais também que o “a quem” do modelo de Lasswell, pois abarca a ideia de *feedback*, retroalimentação ou resposta elaborada a partir dos anos 1940 com a Cibernética, e não um mero ponto de chegada ou o polo final do sentido comunicacional. Ademais, as lacunas comunicacionais de quem pode falar – mais do que dizer, que se refere apenas ao afirmar ou declarar, sem engajamento – “constituem, assim, os obstáculos que sustentam certas formas de saber-poder-ver capitalísticas que se nutrem da inviabilização da partilha de mundos” (Oliveira; Salgado, 2023, p. 153).

Nas relações com as tecnologias e com os objetos técnicos, que podem ser exploradas em outras pesquisas, as escutas podem implicar reajustes de sistemas operacionais e procedimentos rotineiros de respostas que são reformulados e/ou atualizados com base nas performances dos diferenciantes com tais objetos. Os erros e falhas, que soam como mal-entendidos ou desentendimentos sobre tarefas não realizadas ou truncadas rearranjam o jogo comunicacional entre os atores, suscitando ações não previstas ou inesperadas de reparação ou mesmo de estranhamento frente a comandos realizados. Por exemplo, pode-se pedir a um sistema, como a Alexa, para que toque uma música mais festiva cujo título está em inglês e, por incompatibilidade de voz, timbre ou articulação na fala do solicitante, a ação executada seja indicar e tocar outra música mais melancólica ou mesmo desconhecida por ele; ou até um sistema de busca ou digitação que constrange usuários em caso de escrita incorreta de palavras.

A indiferença como recusa e, portanto, impossibilidade da escuta impede a partilha. Ao não se escutar as alteridades, acaba-se por reafirmar, conforme a posição performada no jogo comunicacional, um status de autoridade pressuposta que tende a se perpetuar como lócus de enunciação privilegiada de uma voz autoritária e irrevogável que apenas replica e expele informações, assumindo que elas passarão intactas por essa dinâmica. Não partilhar, portanto, é não poder produzir em tensão o comum. Não se deixar afetar por outras alteridades é inviabilizar a comunicação, é aumentar o seu grau de improabilidade – uma tendência à incomunicabilidade que pode alcançar o nível da acomunicação. Na perspectiva de Paquot (2019), a acomunicação é a recusa a se comunicar. De modo correlato ao proposto por Sodré (2007), a incomunicação limita-se ao comunicativo como transmissivo, técnico e informativo, restringindo o comunicacional como potência e abertura.

Considerações finais

A compreensão limitada da comunicação como a troca de informações entre humanos ou máquinas evidencia e perpetua a incomunicação. A redução das trocas, das partilhas, dos diálogos e das interações à informação e às mensagens trocadas se deu em virtude do advento e do aprimoramento dos meios técnicos (tecnologias) a partir do início do século XX. Podemos acrescentar também os modos como historicamente as sociedades e, sobretudo, os grupos de poder se apropriaram desses meios em prol de seus interesses políticos, econômicos, culturais, geopolíticos etc. Destacar esses aspectos evita uma posição redutora acerca das tecnologias midiáticas que poderiam tender à dominação ou mesmo serem tratadas como negativas, culposas ou danosas *per se*.

Como horizonte da comunicação, a incomunicação traz os desafios das convivências, das indiferenças e das escutas entre alteridades significativas. A dinâmica comunicacional como processualidade relacional híbrida entre diferenciantes, em que há contato e contágio mútuos, implica diferenças como condição da comunicabilidade, uma vez que outros/as se encontram ao romper com o isolamento e com a indiferença, indo uns/umas em direção a/ao encontro de outros/as. A responsabilidade ética e política de lidar com as diferenças requer convivências pautadas por atritos, adaptações e ajustamentos mútuos entre diferenciantes quando se encontram. O encontro, por sua vez, viabiliza e atualiza a comunicabilidade como potência. No estabelecimento de relações que rompem com a indiferença e que buscam, portanto, a vinculação e a aproximação com outros/as que não si mesmos/as, são construídas zonas instáveis de contato e de contágio mútuos.

O processo de associação e mediação como processualidade de mútua afetação entre as partes implicadas demanda que as diferenças permaneçam como alteridades significativas, consideradas como válidas e não sobrepostas àquelas cuja posição hierárquica abafa e cala a diversidade, conduzindo, muitas vezes, à desigualdade e à apatia. Falar e escutar são práticas também implicadas na comunicação, pois expressam sua circularidade e abertura a outras visões de mundo que podem fabricar o comum inventiva e coletivamente e em tensão. Quando sobreposta à comunicação, a incomunicação pode levar à indiferença e à falta de respeito mútuo, resultando em relacionamentos superficiais e frágeis, em que há vinculações provisórias que podem suprimir as diferenças por meio de cancelamentos, autoritarismo e diversos episódios de racismo. A incomunicação e aacomunicação irrompem, então, quando não há atenção aos/as e interesse por/pelos outros/as, resultando em interações superficiais e mecânicas que podem levar à recusa de entrar em contato e contágio.

Uma abordagem ecológica da comunicação, bem como sua operação intermundos, destacam a necessidade de se considerar as associações entre diferentes entidades e materialidades de maneira simbiótica e interdependente. Igualmente, ressaltam a necessidade de habitar com as diferenças, promovendo a comunicação como o ato de conviver e construir em tensão o comum em meio às diversidades e com elas. Isso evidencia a importância de romper com visões antropocêntricas e valorizar a diversidade de perspectivas e experiências de diferenciante, tendo em vista o cuidado de não recair em antropoformismo ou holismo de entidades não humanas ou mais que humanas. Com isso, parece ser possível promover coabitacões e reciprocidades espaço-temporais entre diferenciantes, propiciando encontros significativos e construtivos.

Ao enfrentar os desafios das convivências, das indiferenças e das escutas, é essencial reconhecer que a comunicação implica, como tendência, a empatia, a abertura para diálogos e a disposição para compreender e pôr em relação pontos de vista diversos. A superação da incomunicação, sem necessariamente apagar as tensões entre comunicabilidades e incomunicabilidades, bem como a promoção de relações significativas exigem um esforço contínuo de estabelecimento de conexões afetivas e habilidades de responder aos convites entre diferenciantes sem tomar de antemão quem pode, quando pode e como pode comunicar.

Referências

- ADORNO, T. **Philosophy of Modern Music.** Londres: Sheed & Ward, 1973.
- BAITELLO JÚNIOR, N. Comunicação: as armadilhas das definições simplificadoras e/ou iluminadoras. **Líbero**, on-line, v. 20, n. 30, p. 9-15, jan./ago. 2017.
- BRAGA, J. L. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. **Revista Alceu**, on-line, v. 10, n. 20, p. 41-54, jan./jun. 2010a.
- _____. Nem rara, nem ausente – tentativa. **MATRIZes**, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 1, p. 65-81, 2010b.
- _____. Interação como contexto da Comunicação. **MATRIZes**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1-2, p. 25–42, 2012.
- FERRARA, L. Epistemologia política da comunicação. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 25., 2016, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2016.
- _____. Epistemologia da diferença. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 30., 2021, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUC-SP, 2021.
- FRANÇA, V.; SIMÕES, P. **Curso básico de Teorias da Comunicação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- GARCÍA, M. R. As contribuições do pragmatismo de William James e da fenomenologia social de Alfred Schütz à Comunicação. **MATRIZes**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 221-235, 2011.
- GIBSON, J. J. Notes on Affordances. In: GIBSON, J. J.; REED, E. S.; JONES, R. (Orgs.). **Reasons for Realism:** Selected Essays of James J. Gibson. Londres: Lawrence Erlbaum Associates, 1982. p. 401-418.
- _____. **The Ecological Approach to Visual Perception.** Nova York: Psychology Press, 2015. (Classic Editions).
- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue:** as vertigens do pós-humano. Organização e tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.
- _____. **Ficar com o problema:** fazer parentes no chthluceno. Tradução de Ana Luiza Braga. São Paulo: n-edições, 2023.
- HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. (Orgs.). **Teorias da Comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.
- KUNSCH, M. Planejamento de relações públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994a.

_____. On Technical Mediation. **Common Knowledge**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994b. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/54-TECHNIQUES-GB.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

_____. **Enquête sur les modes d'existence:** une anthropologie des Modernes. Paris: La Découverte, 2012a.

_____. **Reagregando o social:** uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012b.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas:** teoria Ator-Rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. Comunicação, mediação e modo de existência na cibercultura. In: ALZAMORA, G.; ZILLER, J.; COUTINHO, F. (Orgs.). **Dossiê Bruno Latour**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020. p. 179-206.

_____. Errores en la Cultura Digital. In: CARLÓN, M. (Org.). **Lo contemporáneo:** indagaciones sobre el cambio de época en/desde América Latina. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2023. p. 65-90.

LIESEN, M. Excommunicatio communicationis: uma introdução a uma teoria negativa da comunicação. **Líbero**, [S. l.], v. 22, n. 43, jan./jun. 2019, p. 29-42.

MARCONDES FILHO, C. **O princípio da razão durante:** o conceito de comunicação e a epistemologia moderna. São Paulo: Paulus, 2010. (Nova Teoria da Comunicação III – Tomo V).

_____. Ensaio sobre a incomunicação. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 40-49, 2012.

_____. Hora de reescrever as teorias da comunicação. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 7, n. 14, p. 4-12, 2019.

MARRAS, S. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 250-266, abr. 2018.

MARTINO, L. C. De qual comunicação estamos falando?. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Orgs.). **Teorias da comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 11-25.

_____. **Teoria da comunicação:** ideias, conceitos e métodos. São Paulo: Vozes, 2014.

_____. Pensar a comunicação em 1909: uma leitura do conceito em “Social Organization”, de Charles H. Cooley. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 61-75, 2020.

_____.; MARQUES, Â. C. S. Três dimensões do conceito de “diferença” como condição para a comunicação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 26, p. 17-34, 2023.

MEAD, G. H. **Mind, Self, and Society:** from Standpoint of a Social Behaviorist. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

OLIVEIRA, L.; FIGUEROA, J. V.; ALTIVO, B. R. Pensar a comunicação intermundos: fóruns cosmopolíticos e diálogos intrepidêmicos. **Galáxia**, São Paulo, n. 46, p. 1-17, 2021.

_____.; SALGADO, T. B. P. Comunicação intermundos: entre a violência e a re-existência, quem fala?. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 22, n. 42, p. 142-153, 2023.

PAQUOT, T. Malaise dans la communication: petit lexique des mots de l'incommunication et de l'acommunication. **Hermès**, Osasco, v. 2, n. 84, p. 17-27, 2019.

PETERS, J. D. Introduction: the Problem of Communication. In: PETERS, J. D. **Speaking into the Air: a History of the Idea of Communication**. Chicago: University of Chicago Press, 1999. p. 1-30.

_____. Communication: History of the Idea. In: DONSBACH, W. (Ed.) **The International Encyclopedia of Communication**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008. p. 689-693.

PIMENTA, M. A. Comunicação **Empresarial**. 5 ed. Campinas: Alínea, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Revista del Instituto Indigenista Peruano**, Lima, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

SALGADO, T. B. P. **Sociologias pragmáticas e cultura digital**. Salvador: EDUFBA, 2022.

_____. A comunicação face ao Antropoceno: os desafios das comunicabilidades junto às alteridades significativas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC Minas, 2023. p. 1-13.

_____.; MATTOS, M. A. De volta à comunicação: um percurso histórico-etimológico. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 48-58, 2020.

_____.; MATTOS, M. A. A comunicação para Ciro Marcondes Filho: sua trajetória no GT de Epistemologia da Comunicação da Compós. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 9, n. 18, p. 13-21, 2022.

_____.; OLIVEIRA, L. Autocrítica como enfrentamento à colonialidade das abordagens comunicacionais brasileiras. **Chasquí**, Quito, n. 150, p. 113-128, ago./nov. 2022.

_____.; OLIVEIRA, L. Sociabilidade e comunicabilidade: convivências ontológicas em zonas de contato e contágio. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 65-80, 2023.

SANTAELLA, L.; NÖTH, W. Representações da alteridade nas mídias. **Líbero**, São Paulo, v. 20, n. 30, v. 12, n. 24, p. 33-40, dez. 2009.

SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication**. Champaign: University of Illinois Press, 1949.

SIGNATES, L. Entre Luhmann e Habermas: pressupostos para uma metateoria das tensões comunicacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 33., 2024, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2024.

SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. **MATRIZes**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 15-26, 2007.

_____. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. A ruptura paradigmática da comunicação. **MATRIZes**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 19-27, 2023.

TORQUATO, G. **Comunicação empresarial**. São Paulo: Summus, 1996.

WINKIN, Y. **Munus ou la communication:** l'étymologie comme heu-ristique. Médiation et Information, Paris, n. 10, p. 47-55, 1999.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2010.

YAMAMOTO, E. Y. Desentranhar o comunicacional: a Comunicação segundo José Luiz Braga. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, 2013.

_____. **Comunidade e comunicação:** ensaios sobre o ser-com. Curitiba: Appris, 2020.

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

Não se aplica.

Fontes de financiamento

Não se aplica.

Apresentação anterior

Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, 2024.

Agradecimentos/Contribuições adicionais

Agradeço aos pareceristas e colegas do GT de Epistemologia da Comunicação da Compós 2024 pelas contribuições, críticas e sugestões de revisão.

Dados sobre Cuidados Éticos e Integridade Científica

A pesquisa que resultou neste artigo teve financiamento?

Não.

Financiadores influenciaram em alguma etapa ou resultado da pesquisa?

Não.

Liste os financiadores da pesquisa:

Não se aplica.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com os financiadores da pesquisa?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização mencionada pelo artigo?

Não se aplica.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Autora, autor, autores têm algum vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização que pode ser afetada direta ou indiretamente pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Interferências políticas ou econômicas produziram efeitos indesejados ou inesperados à pesquisa, alterando ou comprometendo os resultados do estudo?

Não.

Que interferências foram detectadas?

Não.

Mencione outros eventuais conflitos de interesse no desenvolvimento da pesquisa ou produção do artigo:

Não há conflitos de interesse.

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com seres humanos?

Não.

Entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e experimentações envolvendo seres humanos tiveram o conhecimento e a concordância dos participantes da pesquisa?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

Participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

A pesquisa tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa aprovou a coleta dos dados?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

Mencione outros cuidados éticos adotados na realização da pesquisa e na produção do artigo:

Não se aplica.